

Uma visão espacial e sociodemográfica da população indígena no Brasil, com base no Censo Demográfico 2010

Nilza de Oliveira Martins Pereira¹

Introdução

As relações com o território, ambiente e as questões culturais se constituem em elementos fundamentais para a implementação de políticas públicas voltadas para a população indígena. Esse segmento populacional, dentre as demais categorias de cor/raça, é o menos favorecido do ponto de vista habitacional, educacional, econômico e da saúde, segundo indicadores e parâmetros usualmente aplicados à sociedade envolvente.

A sua identificação no território brasileiro consiste ainda num processo relativamente complexo, em função de uma série de fatores, dentre os quais o fato de serem pequenas populações em determinados grupos e, também, no levantamento censitário, pois vivem em áreas rurais de difícil acesso. Portanto, para obtenção de informações mais oportunas e fidedignas, os censos demográficos são estratégicos, sendo possível um nível maior de desagregação territorial.

O IBGE aprimorou a investigação da população indígena no Censo Demográfico 2010, introduzindo a investigação da etnia, como também, da língua falada no domicílio e a representação da localização geográfica, que são critérios de identificação de população indígena nos censos nacionais de diversos países. Foram introduzidas inovações metodológicas visando caracterizar com maior visibilidade a população indígena. Sendo assim, foi possível obter informações para os povos indígenas, como também, para a população residente, quer sejam indígenas ou não, nas Terras Indígenas reconhecidas oficialmente no país. Além dessas questões de caráter mais geral para todas as pessoas que se declarassem indígenas no quesito cor/raça, o Censo 2010 implementou dentro das Terras Indígenas uma adequação de outros quesitos relacionados tanto às características domiciliares quanto às individuais, com vistas a refletir melhor a especificidade desses povos.

1. Evolução da População Indígena nos Censos Demográficos do Brasil - 1991/2000/2010

Desde 1991, o indígena era investigado como uma categoria do quesito cor/raça no questionário da amostra, a partir de 2010 esse quesito, também, passou a ser investigado no questionário básico, isto é, para todos os domicílios e pessoas. Para efeito de comparabilidade entre os censos o quantitativo proveniente desse quesito permitiu avaliar a sua evolução e com esses resultados foi possível verificar em relação às três referências censitárias o crescimento do número de municípios com população indígena em “Até 100” habitantes nos municípios, como também, na faixa de “Mais de 5000” habitantes indígenas nos municípios. Vale observar que a inexistência de declarações de indígenas foi reduzida significativamente ao longo dos censos.

¹ Estatística, Doutora em Saúde Pública e Pesquisadora do IBGE.

Em 2010, na faixa “Até 100” habitantes indígenas, concentrava-se 7,5% da população indígena do país, enquanto na faixa “Mais de 5000”, a participação populacional atingiu o maior percentual (35,7%).

A distribuição espacial da população indígena é o resultado, assim, não só do processo histórico de ocupação socioeconômica do Brasil, como da tendência à crescente afirmação da identidade cultural e territorial dessa população ao longo do tempo. Na análise da distribuição espacial dos indígenas revelada pelo censo 2010, observou-se que a região Norte e o ambiente amazônico mantêm a supremacia ao longo dos censos, com 37,4% de declarações na categoria indígena. Outra questão importante consiste na redução sensível da participação de indígenas da região Sudeste, podendo-se atribuir, em parte, aos movimentos migratórios de retorno às suas terras e, também, à redução de declarações nas áreas urbanas. De um modo geral, para as regiões Sudeste e Sul, tanto na área urbana quanto na rural houve redução da participação de indígenas no total de indígenas do país, mais significativamente na região Sudeste. Dos indígenas que residem nas áreas urbanas, a maior participação (33,7%) foi encontrada na região Nordeste, e nos residentes das áreas rurais, enquanto a região Norte historicamente, manteve a maior concentração, com 48,6%.

Tabela 1
Participação relativa da população indígena, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões
Brasil – 2010

Grandes Regiões	Participação relativa da população indígena, por situação do domicílio								
	Total			Urbana			Rural		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	42,4	29,1	37,4	16,8	12,1	19,5	50,5	47,6	48,6
Nordeste	19,0	23,2	25,5	22,5	27,6	33,7	17,9	18,4	20,4
Sudeste	10,4	22,0	12,0	35,4	36,7	25,1	2,5	5,9	3,7
Sul	10,3	11,5	9,2	14,3	13,6	10,8	9,0	9,3	8,1
Centro-Oeste	17,9	14,2	16,0	11,0	10,0	10,9	20,1	18,8	19,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nos períodos censitários - 1991/2000/2010 - é importante entender tanto o elevado crescimento ocorrido na população que se declarou indígena entre os censos de 1991 e 2000, como, também, qual parcela da população brasileira estaria se identificando como indígena e se essa tendência de incremento populacional se manteria no período 2000/2010. Mesmo com evidências de que os povos indígenas no Brasil estivessem experimentando crescimento acelerado (PAGLIARO, AZEVEDO & SANTOS, 2005), os dados censitários de 2000 superaram todas as expectativas, com um ritmo de crescimento anual no período 1991/2000, da ordem de 10,8%. Portanto, as alterações nas composições absoluta e relativa verificada entre 1991 e 2000 constituem reflexo do crescimento verificado no número de pessoas que, em 1991, se identificaram como de outras categorias e que, no censo de 2000, passaram a se identificar como indígenas.

Cabe destacar que apesar de a população indígena contabilizada no país alcançar, em 2010, cerca de 900 mil habitantes, o ritmo de crescimento verificado nas áreas urbanas em relação ao ano inicial analisado, isto é, em 2000, de modo geral, foi negativo, enquanto nas áreas rurais o incremento populacional foi significativo, embora esse incremento da população indígena residindo nas áreas rurais tenha desacelerado em relação ao período inicial de 1991/2000.

Convém ainda esclarecer que alguns povos indígenas vêm revelando crescimento significativo em função de altas taxas de fecundidade e que as regiões onde se detectou crescimento positivo são aquelas que detêm o quantitativo mais elevado de povos indígenas existentes no País. A variação absoluta entre 2000 e 2010, segundo a situação do domicílio, revela que nas áreas urbanas houve perda populacional de indígenas no Brasil como um todo, sendo a região Norte a única que revelou crescimento positivo. Já nas áreas rurais, o Brasil cresceu em 151,9 mil indígenas, correspondendo a 43,3%. A região Norte foi, também, a que apresentou maior crescimento (77 mil/46,2%), dentre as demais regiões, e a Sudeste perdeu quase 2 mil indígenas no período 2000/2010.

Em termos relativos, cabe observar que o Estado de Roraima detém a maior participação no total da população do estado (11,0%), enquanto somente 6 (seis) Unidades da Federação possuem população indígena acima de 1%. Abaixo da média nacional (0,4%) estão situados 50% das 27 Unidades da Federação. Nesse contexto, o peso relativo da população indígena nas regiões Norte e Centro-Oeste reafirmam sua importância nas formas de uso dos biomas Amazônia e Cerrado, nos quais a dimensão das Terras Indígenas constitui elemento central nas formas de sobrevivência física e cultural das diversas etnias e grupos indígenas que aí habitam. Por um lado, o expressivo contingente indígena no Amazonas e o peso relativo desse segmento em Roraima fornecem pistas valiosas da centralidade da questão indígena na discussão da dinâmica territorial das áreas de menor densidade populacional do Norte do país, aí incluída a vasta faixa de fronteira política com os demais países sul-americanos.

Por outro lado, o numeroso quantitativo de indígenas em Estados de ativa fronteira agropecuária modernizada, como Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e naqueles de ocupação consolidada, como Bahia, Pernambuco e São Paulo, reafirma que, além de ser uma dimensão central da geopolítica de ocupação/preservação da Amazônia e do Brasil Central, a população indígena possui uma expressão não só cultural, mas até mesmo numericamente expressiva. Essa expressão numérica é observada até mesmo em São Paulo cujo passado lastreia, em parte, sua colocação enquanto sétima unidade da federação em população indígena à frente de estados situados no bioma amazônico como o Pará e parte do Maranhão.

Na escala municipal, São Gabriel da Cachoeira/AM possuía, em termos absolutos o maior número de indígenas, em 2010, (29 mil), com uma concentração de 18 mil na área rural, enquanto na área urbana, o Município de São Paulo revelou o maior contingente demográfico, com aproximadamente, 12 mil indígenas. Esse município, na área urbana, apresentou uma perda populacional expressiva, da mesma forma que Salvador, Rio de Janeiro, Manaus e Recife.

Tabela 2

População indígena, participação relativa, crescimento absoluto e taxa média geométrica de crescimento anual nos municípios com maior número de população indígena, segundo a situação do domicílio

Brasil - 2000/2010

UF	Municípios mais populosos e situação do domicílio	População residente		Participação relativa em relação				Crescimento absoluto	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
				Ao total do País		Ao total do Estado			
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000/2010	2000/2010
	Total	81 808	126 593	11,1	15,5			44 785	4,5
AM	São Gabriel da Cachoeira	22 853	29 017	3,1	3,5	20,2	17,2	6 164	2,4
AM	São Paulo de Olivença	6 634	14 974	0,9	1,8	5,9	8,9	8 340	8,5
AM	Tabatinga	7 255	14 855	1,0	1,8	6,4	8,8	7 600	7,4
SP	São Paulo	18 692	12 977	2,5	1,6	29,3	31,0	(-) 5 715	(-) 3,6
AM	Santa Isabel do Rio Negro	3 670	10 749	0,5	1,3	3,2	6,4	7 079	11,3
AM	Benjamin Constant	3 701	9 833	0,5	1,2	3,3	5,8	6 132	10,3
PE	Pesqueira	2 455	9 335	0,3	1,1	7,1	17,5	6 880	14,3
RR	Boa Vista	6 150	8 550	0,8	1,0	21,9	17,2	2 400	3,3
AM	Barcelos	6 187	8 367	0,8	1,0	5,5	5,0	2 180	3,1
MG	São João das Missões	4 211	7 936	0,6	1,0	8,6	25,5	3 725	6,5
	Urbana	87 212	66 478	22,8	21,1			(-) 20 734	(-) 2,7
SP	São Paulo	17 068	11 918	4,5	3,8	29,0	31,4	(-) 5 150	(-) 3,5
AM	São Gabriel da Cachoeira	6 029	11 016	1,6	3,5	32,1	32,1	4 987	6,2
BA	Salvador	18 712	7 560	4,9	2,4	40,4	20,8	(-) 11 152	(-) 8,7
RJ	Rio de Janeiro	15 622	6 764	4,1	2,1	45,4	44,6	(-) 8 858	(-) 8,0
RR	Boa Vista	4 348	6 072	1,1	1,9	75,0	73,9	1 724	3,4
DF	Brasília	6 880	5 941	1,8	1,9	100,0	100,0	(-) 939	(-) 1,5
MS	Campo Grande	4 620	5 657	1,2	1,8	39,6	39,1	1 037	2,0
PE	Pesqueira	1 052	4 048	0,3	1,3	4,5	15,7	2 996	14,4
AM	Manaus	7 787	3 837	2,0	1,2	41,5	11,2	(-) 3 950	(-) 6,8
PE	Recife	5 094	3 665	1,3	1,2	21,6	14,2	(-) 1 429	(-) 3,2
	Rural	58 376	98 806	16,6	19,7			40 430	5,4
AM	São Gabriel da Cachoeira	16 824	18 001	4,8	3,6	17,8	13,4	1 177	0,7
AM	Tabatinga	6 880	14 036	2,0	2,8	7,3	10,4	7 156	7,4
AM	São Paulo de Olivença	6 554	12 752	1,9	2,5	6,9	9,5	6 198	6,9
M	Benjamin Constant	3 507	8 704	1,0	1,7	3,7	6,5	5 197	9,5
AM	Santa Isabel do Rio Negro	3 205	8 584	0,9	1,7	3,4	6,4	5 379	10,4
MT	Campinápolis	3 775	7 589	1,1	1,5	17,3	20,7	3 814	7,2
MG	São João das Missões	4 211	7 528	1,2	1,5	38,4	66,8	3 317	6,0
RR	Alto Alegre	2 035	7 457	0,6	1,5	9,1	13,1	5 422	13,9
MS	Amambaí	5 367	7 158	1,5	1,4	12,7	12,2	1 791	2,9
AM	Barcelos	6 018	6 997	1,7	1,4	6,4	5,2	979	1,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

2. Informações para novos recortes geográficos

A integração das bases cartográficas do IBGE com a da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi fundamental para a aplicabilidade do questionário adequado nas Terras Indígenas, mediante a coincidência dos limites dos setores censitários com os das Terras Indígenas. A Base Territorial do censo 2010 foi totalmente digital. Com o Global Position System (GPS), foi possível o georreferenciamento de todas as unidades de coleta nas áreas rurais; dos estabelecimentos agropecuários; dos estabelecimentos de saúde e dos estabelecimentos de educação, além de permitir o acompanhamento da cobertura geográfica.

Para definição da malha de setores censitários o IBGE organizou, analisou e incorporou as informações provenientes de diversos órgãos governamentais, como no caso do tema Terra Indígena a cargo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), enquanto instituição responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira em cumprimento ao que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988. Portanto, a partir desse aperfeiçoamento entre as bases cartográficas, foi possível aplicar um questionário ajustado dentro das terras, incorporando em alguns quesitos especificidades indígenas, além disso, foi feito um controle² para o quesito cor/raça.

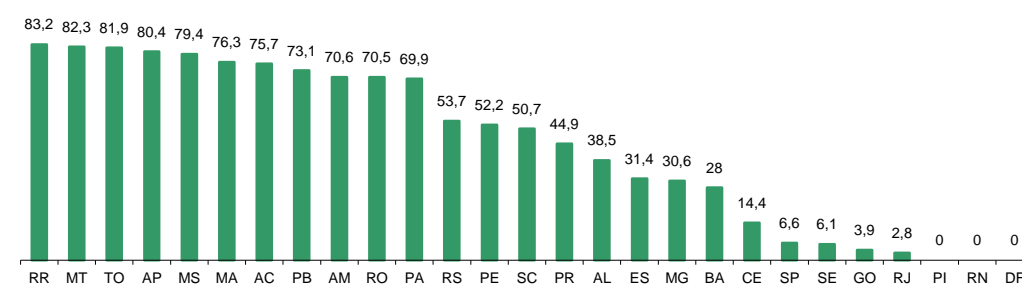
Com essa nova metodologia contabilizou-se 896,9 mil indígenas residentes no país, em 2010. Nesse contexto, a população que residia nas Terras Indígenas oficialmente reconhecidas atingiu 517,4 mil, correspondendo a 57,7% do total de indígenas. As regiões Norte e Centro-Oeste possuíam os maiores percentuais de indígenas residentes nas Terras Indígenas, 73,5% e 72,5%, respectivamente, enquanto a Unidade da Federação que possuía mais indígena residente nas Terras Indígenas era Roraima e a que apresentava menor percentual, o Rio de Janeiro.

Tabela 3
População indígena, por localização geográfica, segundo as Grandes Regiões
Brasil – 2010

Grandes Regiões	Localização geográfica			
	Total	Terras Indígenas	Urbana - Fora das Terras Indígenas	Rural - Fora das Terras Indígenas
Brasil	896 917	517 383	298 871	80 663
Norte	342 836	251 891	59 386	31 559
Nordeste	232 739	106 142	95 242	31 355
Sudeste	99 137	15 904	78 620	4 613
Sul	78 773	39 427	32 846	6 500
Centro-Oeste	143 432	104 019	32 777	6 636

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Gráfico 1
Percentual de população indígena residente nas Terras Indígenas - Brasil - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Na época de realização do Censo Demográfico 2010, 379 municípios possuíam Terras Indígenas e observou-se que em 1085 municípios não houve a declaração de indígenas. Portanto, excetuando os municípios com inexistência de declarações de indígenas em cada localização geográfica, destaca-se que nas áreas (urbana e rural) fora das Terras Indígenas o maior número de municípios concentra-se na faixa de até 100 habitantes indígenas, o que denota uma dispersão espacial de população indígena além dos limites das Terras Indígenas.

² Introdução do quesito "Você se considera indígena?", de acordo com suas tradições, costumes, cultura, antepassados, entre outros aspectos, para as pessoas que declararam categoria diferente de indígena no quesito cor/raça e respondeu "sim" a esse quesito.

Nesse sentido, a geografia da população indígena no Brasil revela contornos espaciais mais acurados a partir dos resultados do último censo demográfico.

3. Aspectos sociodemográficos

Os resultados do Censo Demográfico 2010 revelaram diferenças significativas nas estruturas etárias quando recortadas pela localização geográfica e possibilitaram a identificação de três estágios de transição demográfica, que ocorre de forma desigual para populações indígenas distintas em consequência de seus níveis e padrões de fecundidades, como, também, de sua localização territorial. Isto é, no Censo Demográfico de 2010 foram investigados os povos indígenas residentes nas Terras Indígenas; aquelas pessoas descendentes de indígenas residentes nas áreas urbanas fora das Terras Indígenas e aqueles que residem nas áreas rurais fora das Terras Indígenas que, em muitas situações, englobaria as Terras Indígenas ainda em processo de regularização fundiária. As características demográficas desses três contingentes populacionais são distintas, conforme indicadores demográficos calculados.

Analisando as razões de sexo, observa-se que nas Terras Indígenas o predomínio é masculino e, de modo geral, esse comportamento se estende a todas as regiões, com exceção da região Sul, que apresentou equilíbrio entre homens e mulheres. Nas áreas urbanas fora das Terras Indígenas manteve-se o predomínio feminino, também, em todas as regiões, enquanto nas áreas rurais fora das Terras Indígenas, o comportamento é inverso, com a predominância masculina em todas as regiões do país.

Os indígenas urbanos fora das Terras Indígenas possuem uma estrutura mais envelhecida com um contingente de crianças e adolescentes (0 a 14 anos) de 21,1%, que constitui praticamente a metade daquele encontrado entre os povos indígenas residentes nas Terras Indígenas, que era 44,6%. Os indígenas urbanos possuem duas vezes o percentual de idosos em relação àqueles situados nas Terras Indígenas.

Nesse sentido, a estrutura por idade da população indígena nas Terras Indígenas é muito jovem, sendo o índice de envelhecimento populacional³ muito baixo em relação aquele calculado para a situação urbana e rural fora das Terras Indígenas, característico, portanto, do que se conhece acerca da demografia de muitos povos indígenas no Brasil.

O indicador razão de dependência⁴, que permite estabelecer o peso dos inativos (crianças, adolescentes e idosos) sobre o segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva, revela que, em 2010, havia 94,8 inativos indígenas para cada 100 indígenas potencialmente ativos nas Terras Indígenas. Por sua vez, para os das áreas urbanas fora das Terras Indígenas essa relação corresponde a 40,9 inativos indígenas para cada 100 ativos indígenas, isto é, a correspondência seria de 1 inativo para cada ativo nas Terras Indígenas e de 0,5 inativo para cada ativo nas áreas urbanas fora das Terras Indígenas. Os diferenciais são nítidos na observação da razão de dependência da população indígena, segundo a localização geográfica por regiões. Nas Terras Indígenas apresenta-se uma sobrecarga mais significativa de inativos em todas as regiões brasileiras e nas áreas urbanas fora das Terras Indígenas tal indicador acompanha o padrão da estrutura por idade da população não indígena.

³ Índice de envelhecimento = Quociente entre a população idosa (65 anos ou mais de idade) e a de crianças e adolescentes (0 a 14 anos de idade).

⁴ Razão de dependência = Quociente entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65anos ou mais de idade) e a potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

Tabela 4
Indicadores demográficos, por localização geográfica
Brasil - 2010

Indicadores demográficos	Localização geográfica			
	Total	Terras Indígenas	Urbana - Fora das Terras Indígenas	Rural - Fora das Terras Indígenas
Razão de sexo (%)	101,7	106,8	91,6	109,1
Grupos de idade (%)				
0 a 14 anos	36,1	44,6	21,1	37,0
15 a 64 anos	58,4	51,3	71,0	57,2
65 anos ou mais	5,5	4,1	7,9	5,8
Razão de dependência (%)				
Total	71,2	94,8	40,9	74,9
Das crianças	61,8	86,8	29,7	64,8
Dos idosos	9,5	8,0	11,1	10,1
Índice de envelhecimento (%)	15,3	9,2	37,5	15,6
Razão Criança/Mulher (%)	50,7	73,9	20,1	54,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Região de maior concentração da população indígena no país, no Norte, as mulheres indígenas residentes na região Norte do país vêm experimentando taxas elevadas de fecundidade, conforme resultado do Censo Demográfico 2010, de 4,92⁵ filhos por mulher. No Brasil como um todo, sendo a razão criança/mulher⁶ uma aproximação da fecundidade geral observa-se o diferencial existente entre as mulheres indígenas segundo a localização geográfica. Nas Terras Indígenas a relação era de 74 crianças de 0 a 4 anos para cada 100 mulheres entre 15 a 49 anos, enquanto nas áreas urbanas fora das Terras Indígenas, essa relação é de apenas 20. Na perspectiva locacional, as razões mais elevadas foram observadas nas Terras Indígenas e as mais baixas nas áreas urbanas fora das Terras Indígenas. Essas razões são menores do que aquelas verificadas para os não indígenas residentes nas áreas urbanas do país, reflexo do menor peso de crianças indígenas na estrutura por idade nas áreas urbanas fora das Terras Indígenas.

Tabela 5
Razão criança/mulher, segundo as Grandes Regiões
Brasil - 2010

Grandes Regiões	Razão Criança/Mulher (%)						
	Indígenas				Não indígenas		
	Total	Terras Indígenas	Urbana - Fora das Terras Indígenas	Rural - Fora das Terras Indígenas	Total	Urbana	Rural
Brasil	50,7	73,9	20,1	54,5	25,6	24,3	34,1
Norte	73,4	83,5	39,7	74,8	35,1	31,6	48,4
Nordeste	37,1	58,7	18,1	39,6	28,4	26,2	35,6
Sudeste	19,4	65,1	11,5	34,1	22,8	22,5	28,0
Sul	35,7	54,2	16,0	45,1	23,1	22,8	25,3
Centro-Oeste	59,5	77,5	18,3	65,6	25,6	25,2	30,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

⁵ IBGE, Nupcialidade, fecundidade e migração. Resultados da Amostra. Rio de Janeiro, p. 1 – 349 (2012).

4. Registro de nascimento

O quesito “tem registro de nascimento” para as crianças até 10 anos de idade foi incluído pela primeira no questionário básico do Censo Demográfico 2010 e uma categoria investigada para as pessoas que se declarassem ou se considerassem indígena foi a do Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI). O registro de nascimento, além de garantir o direito da cidadania, fornece dados para que as políticas públicas voltadas para as crianças possam ser formuladas. As crianças com até 10 anos de idade residentes nas Terras Indígenas, 63% dos indígenas possuíam, de acordo com o Censo Demográfico 2010, registro de nascimento realizado no cartório. Destacam-se as terras da região Centro-Oeste, alcançando o menor percentual, com apenas 40,3% de crianças indígenas com registro de cartório.

Para aqueles residentes nas áreas urbanas fora das Terras Indígenas no Brasil, a cobertura atingiu 90,9% das crianças indígenas. Em todas as regiões o percentual ultrapassou 80%. O percentual de crianças com o registro administrativo de nascimento indígena – RANI dentro das terras alcançou 27,8% de crianças indígenas, apresentando a região Centro-Oeste com mais da metade das crianças de até 10 anos de idade nessa categoria. As regiões Nordeste e Sudeste são as que apresentaram as proporções mais baixas do RANI, o que pode ser decorrente de um menor número, proporcionalmente, de população residente em terras indígenas. O percentual de crianças de até 10 anos de idade que não tinham nenhum tipo registro dentro das terras era de 7,4%, sendo que a região Norte alcançou o percentual mais significativo dentre as regiões, com 12,9%.

Tabela 6
Crianças indígenas de até 10 anos de idade, por localização geográfica, segundo registro de nascimento e as Grandes Regiões
Brasil - 2010

Registro de nascimento e Grandes Regiões	Localização geográfica			
	Total	Terras Indígenas	Urbana - Fora das Terras Indígenas	Rural - Fora das Terras Indígenas
Registro de nascimento no cartório	69,6	63,0	90,9	80,8
Norte	65,4	61,3	84,4	75,2
Nordeste	93,4	91,3	97,2	95,5
Sudeste	92,8	87,7	96,8	90,1
Sul	67,0	61,1	88,2	61,8
Centro-Oeste	46,3	40,3	86,2	68,1
Registro administrativo de nascimento indígena -RANI	22,7	27,8	6,4	13,2
Norte	21,2	23,3	11,6	15,6
Nordeste	3,8	5,6	0,8	1,9
Sudeste	5,7	11,2	1,4	8,6
Sul	30,3	36,1	9,7	34,3
Centro-Oeste	51,1	57,2	11,5	26,5
Não tinham registro	6,0	7,4	1,2	4,1
Norte	11,0	12,9	2,0	6,4
Nordeste	1,3	1,6	0,8	1,1
Sudeste	0,6	0,7	0,6	0,5
Sul	1,3	1,1	0,8	3,4
Centro-Oeste	1,7	1,6	0,9	4,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

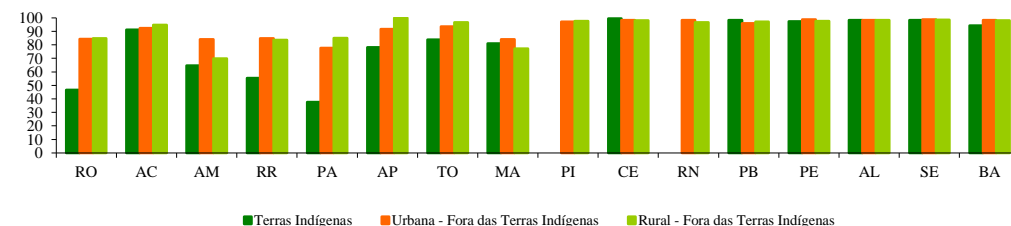
⁶ Razão Criança/Mulher = Quociente entre as crianças com idades compreendidas entre 0 e 4 anos e a população do sexo feminino com idades compreendidas entre 15 e 49 anos.

Os resultados desagregados pelas Unidades da Federação apontam para circunstâncias particularmente precárias em alguns estados. De um modo geral, no tocante às Terras Indígenas, os estados que apresentaram baixas frequências de registros de cartório são aqueles com proporções significativas do registro realizado pela FUNAI, através do RANI. Nesse contexto, o Paraná (88,1%), Mato Grosso do Sul (86,0%), Pará (51,2%) e Rondônia (50,7%) destacam-se como Estados onde o RANI é superior ao registro realizado em cartório.

Nas Terras Indígenas, o estado de Roraima detinha o maior percentual de crianças que não possuíam qualquer tipo de registro, enquanto para as crianças indígenas de até 10 anos de idade residindo em áreas urbanas fora das Terras Indígenas, os estados do Mato Grosso do Sul (19,2%), Pará (16,7%) e Paraná (13,1%) lideravam o ranking quanto à posse do documento de registro de nascimento mediante o RANI.

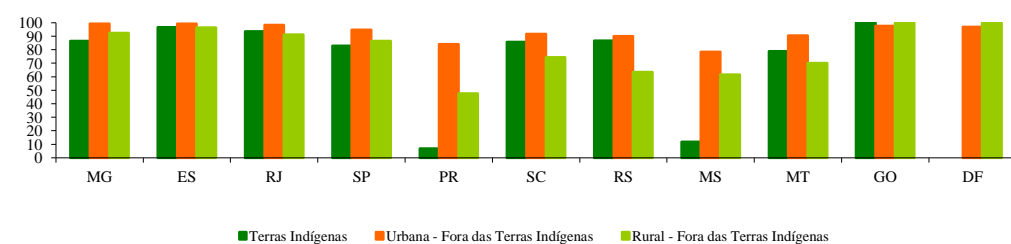
Quanto ao quantitativo de crianças indígenas residentes nas áreas rurais fora das Terras Indígenas, os estados pertencentes à região Sul, juntamente com Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo e Amazonas possuíam percentuais elevados de registro administrativo de nascimento indígena.

Gráfico 2
Percentual de pessoas indígenas de até 10 anos de idade com registro de cartório, por localização geográfica, segundo as Unidades da Federação das regiões Norte e Nordeste - Brasil - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Gráfico 3
Percentual de pessoas indígenas de até 10 anos de idade com registro de cartório, por localização geográfica, segundo as Unidades da Federação das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste - Brasil - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

5. Representações das etnias no espaço brasileiro

Do ponto de vista demográfico, o conjunto de indivíduos com um dado recorte étnico indígena consiste num processo complexo, em função de uma série de fatores. Um deles consiste na captação das informações sobre a identidade indígena, onde membros de uma dada etnia podem ter receio de manifestar sua identidade, seja por preconceito e discriminação ou mesmo negar o pertencimento étnico devido às experiências históricas vividas.

O intenso processo de miscigenação no Brasil pode também contribuir, no caso dos indígenas, para uma não evidenciação de filiação étnica indígena. A introdução do pertencimento étnico no Censo Demográfico 2010 e, conseqüentemente, a sua representação espacial permitiu um reconhecimento e valorização das identidades étnicas no território nacional. O Censo Demográfico 2010 revelou que no Brasil foram declaradas 305 etnias⁷, com 75%

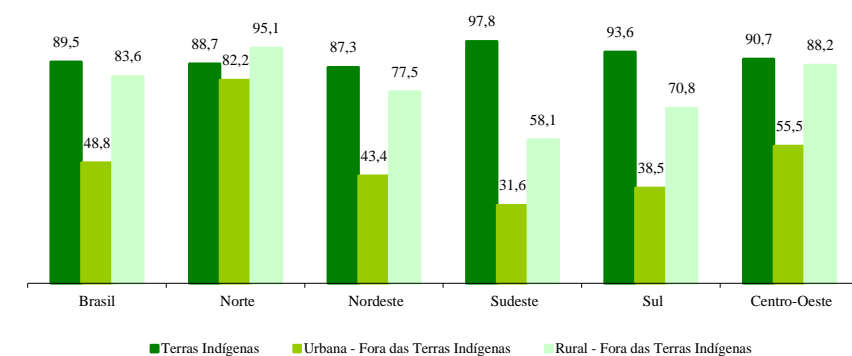
⁷ Para as pessoas que se declararam indígena no quesito cor/raça e, também, para os residentes em Terras Indígenas que se declarassem ou se considerassem indígenas.

de indígenas que souberam informar o nome da etnia ou povo ao qual pertenciam. A classificação utilizada para captação das etnias neste Censo foi fornecida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI que contou com a colaboração de um grupo de pesquisadores da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, dentre outros pesquisadores de outras entidades.

A Região Norte foi a que revelou o maior percentual de indígenas com etnia declarada, tendo o estado de Roraima apresentado 96,6% dos indígenas residentes. As regiões Norte e Centro-Oeste, que possuem o maior número de terras indígenas do país e, também o de etnias declaradas revelaram percentuais mais elevados de indígenas que não declararam o nome da etnia, 8,2% e 6,7%, respectivamente. Como essas regiões são aquelas onde muitos indígenas somente falam línguas indígenas, a barreira da língua pode ser uma explicação para a não declaração do nome da etnia.

Quando se desagregou a informação segundo a localização geográfica, constatou-se o maior percentual de indígenas com etnia declarada nas terras indígenas da região Sudeste. Contudo, nas áreas urbanas fora das terras esta última foi a região que apresentou o menor percentual. A região Sudeste é a que possui o menor percentual de Terras Indígenas do país e na qual o número de indígenas residentes nas áreas urbanas é maior e possui uma população mais envelhecida. De um modo geral, em todas as regiões os menores percentuais foram detectados nas áreas urbanas fora das terras. Na região Norte, contudo, em todos os três recortes geográficos os percentuais foram elevados.

Gráfico 4
Percentual de população indígena com etnia declarada, por localização geográfica, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Na análise municipal, dos 379 municípios com terras indígenas, a maioria dos indígenas concentrou-se na faixa acima de 75% com etnia declarada, comportamento similar foi observado nas áreas rurais fora das Terras Indígenas, enquanto nas áreas urbanas fora das Terras Indígenas, a maioria estava abaixo dos 50% com etnia declarada.

As etnias mais representativas segundo as Unidades da Federação revelaram características determinantes de possíveis padrões de distribuição espacial de algumas delas, tais como os Xavante que estavam entre os mais numerosos em todos os estados da região Centro-Oeste e os Guarani Kaiowá, com penetração em toda região Sul e parte das regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Como as maiores concentrações de indígenas estão nas Terras Indígenas, as capitais brasileiras revelam etnia mais numerosa, em algumas situações distintas daquelas dos respectivos estados, como é o caso da capital Macapá que revelou a etnia Tiriyo apesar de esta última não constar na lista das mais numerosas do estado do Amapá. Outros estados como: Pará (Tupinambá), Rondônia (Kaxarari) e Santa Catarina, este último com etnias indígenas de outros países, também apresentaram características semelhantes.

6. Distribuição espacial das línguas indígenas

Da mesma forma que a identificação étnica, o diagnóstico da composição linguística dos indígenas constituiu um grande desafio para o Censo Demográfico de 2010.

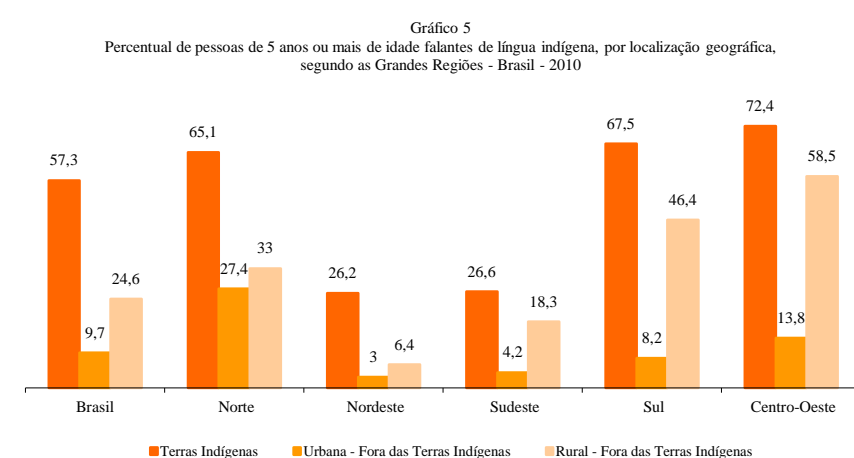
Metodologicamente, neste levantamento a coleta de tais informações foi feita mediante dois quesitos, o primeiro deles indagava se o indígena falava uma língua indígena e, caso a resposta fosse positiva, havia um segundo quesito perguntando o nome da língua, podendo neste caso ser respondida até duas línguas faladas.

Com efeito, no Brasil existe a possibilidade de os indígenas falarem mais de duas línguas. A língua é considerada o segundo critério mais utilizado nos censos dos diversos países para identificação de população indígena. Segundo Peyser & Chackiel, é comum atribuir-se à língua falada o caráter preponderante entre as demais manifestações “culturais”, já que é um importante meio pelo qual se transmite a cultura.

Nesse sentido, algumas questões merecem ser consideradas, a primeira diz respeito ao forte processo de perda das línguas autóctones, para os indígenas residentes em área urbana, onde os mais jovens tendem ao abandono da língua originária em função da sua educação básica em escolas urbanas, que não incluem o aprendizado da língua indígena, além do próprio convívio com a população não indígena e, a segunda, refere-se à maior dificuldade ao entendimento das respostas, pois os recenseadores não eram obrigatoriamente indígenas, portanto a barreira da língua pode ser considerada como um fator para a não identificação total das línguas indígenas na área rural.

O Censo Demográfico 2010 revelou que no Brasil foram declaradas 274 línguas indígenas⁸. Em todo o país, 37,4% dos indígenas de 5 anos ou mais de idade declararam falar uma língua indígena. Dentro das Terras Indígenas esse percentual foi de 57,3%, enquanto fora das Terras Indígenas e em áreas urbanas, somente 9,7% ainda eram falantes e, nas áreas rurais, essa proporção atingia 24,6%.

No contexto regional, especificamente, nas Terras Indígenas, as línguas indígenas eram faladas em maior porcentagem nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, sendo que as Terras Indígenas localizadas nessa última região alcançaram o percentual mais elevado, de 72,4%.



A maioria de municípios que possuíam Terras Indígenas estava na faixa acima de 50% de falantes. Já nas áreas urbanas fora das Terras Indígenas, a maior perda de falantes foi observada na região Nordeste e o maior percentual de municípios ficou concentrado na faixa até 15% de falantes. Na área rural, fora das Terras Indígenas, as regiões Centro-Oeste e Sul revelaram percentuais expressivos de falantes.

O número de falantes de 5 anos ou mais de idade de línguas indígenas atingiu a 293 mil pessoas, tendo a região Norte, a maior participação relativa, reunindo 54,1% nesse conjunto. A representação espacial das regiões revelou que a língua Guarani foi significativa no conjunto das mais faladas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o mesmo ocorrendo em relação aos Nhandeva e aos Mbya nas regiões Sudeste e Sul.

Finalmente, cabe observar que a partir da análise espacial e sociodemográfica da população indígena no Brasil das informações do Censo Demográfico 2010, pode-se aprofundar atualmente a pesquisa em torno da geografia dessa população no território nacional, realçando as diferenças regionais que a caracterizam seja no interior das Terras Indígenas delimitadas legalmente, seja nas áreas urbanas.

Referências Bibliográficas

A. Peyser, J. Chackiel, La población indígena en los censos de América Latina. In Estudios Sociodemográficos de Pueblos Indígenas. Centro Latinoamericano de Demografía – CELADE, Santiago de Chile; 1994.

A. Peyser, J. Chackiel, La identificación de poblaciones indígenas en los censos de América Latina. In: AMÉRICA Latina: aspectos conceptuales de los censos del 2000. Santiago de Chile: Naciones Unidas, División de Población 1999; p. 353-363. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/4436/lcl1204e.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

IBGE, Características Gerais dos Indígenas. Resultados do Universo. Rio de Janeiro, p1-245. (2012).

IBGE, Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Disponível em http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf

IBGE Censo demográfico, Manual do Recenseador, CD 1.09, Rio de Janeiro, (2010). Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2601.pdf

N. O. M. Pereira, Os indígenas nas informações censitárias: potencialidades e limitações com base em um estudo de caso sobre os Xavante, Mato Grosso. Tese apresentada com vistas à obtenção do título de Doutor em Ciências na área de Saúde Pública. Rio de Janeiro, Brasil, 2011.

N. O. M. Pereira, Inovações na pesquisa do indígena do Censo Demográfico 2010 do Brasil, Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Latinoamericana de População, Montevideo, Uruguai, 23 a 26 de outubro de 2012.

N. O. M. Pereira, Indígenas residentes nas áreas urbanas do Brasil: uma análise das etnias oriundas de outros países. VI Congresso Latinoamericano de População, “Dinámica de población y desarrollo sostenible con equidad”, realizado em Lima, Perú, 12 a 15 de agosto de 2014.

S. Schkolnik, Algunos interrogantes sobre las preguntas censales para identificar población indígena en América Latina, documento presentado al Seminario “Todos contamos: los grupos étnicos en los censos”, I Encuentro Internacional, Cartagena de Indias, Colombia, 2000.

S. Schkolnik, F. Del Popolo, Los censos y los pueblos indígenas en América Latina: Una metodología regional, revista Notas de Población. CELADE – División de Población de la CEPAL, Santiago de Chile 2005; 79:101-132.

⁸ A elaboração da Classificação Linguística aplicada ao Censo Demográfico 2010 foi um trabalho do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL), coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Ministério da Cultura.